



CONSELHO REGIONAL EUROPA DO CCP

Ata da terceira reunião ordinária do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa (CRCPE), realizada nos dias 28 de fevereiro e 1 de março de 2019, na Sala do Trono, nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas.

A terceira reunião, incluindo a Ordem de Trabalhos, foi convocada pelo Secretariado do CRCPE: Presidente Conselheira Luísa Semedo (França) e Secretário Conselheiro Amadeu Batel (Suécia).

Para além dos membros de Secretariado estiveram presente os seguintes Conselheiro(a) das Comunidades eleito(a)s pela Europa : Alfredo Stoffel, Manuel Machado, José Loureiro (Alemanha) ; José Manuel Costa Gonçalves (Andorra); Pedro Rupio (Bélgica); Raul Lopes, Rui Ribeiro Barata, Manuel Cardia de Lima, Valdemar Félix (França); João Verdades dos Santos, Rogério de Oliveira (Luxemburgo); Iolanda Banu Viegas, António Cunha e Sérgio Tavares (Reino Unido); Domigos Pereira, Manuel Figueira (Suíça).

1º Dia - 28 de fevereiro de 2019

09h30 Sessão de abertura

Convidados presentes: Deputado Paulo Pisco (PS), deputado Carlos Gonçalves (PSD), Dra. Maria João Ruela (Presidência da República), Fernando Maurício (CGTP/Intersindical), Dra. Carlota Moura Veiga (Observatório da Emigração) e Dr. André Ferreira (adjunto SECP).

A presidente Luísa Semedo abriu a sessão dando as boas-vindas a todas(o) a(os) presentes, agradecendo a disponibilidade manifestada em participar nos trabalhos do CRCPE tendo, no entanto, mostrado o seu descontentamento por muitas das individualidades a quem foram endereçados convites, não terem, nem participado, nem se dignado a responder a esses convites.

A presidente sumariou algumas das atividades do CRCPE durante 2018 nomeadamente um conjunto de pareceres, propostas e recomendações produzidas no âmbito das suas competências. Luísa Semedo significou ainda o objetivo central desta reunião visando a abertura de um diálogo construtivo e uma reflexão profunda sobre as propostas programáticas da reunião.

O Secretário apresentou, em síntese, os critérios que presidiram à seleção dos conteúdos programáticos considerados pertinentes a abordar nos três painéis temáticos : “**Políticas de Língua e Ensino**”; “**A Nova Lei Eleitoral: Perspetivas e desafios**” e “ **A Autonomia e Identidade do CCP**”. Relevou ainda o objetivo central de se conseguir uma participação ativa de membros do Governo, Deputados eleitos pelo Círculo da Europa e de deputados dos diferentes grupos parlamentares visto, os temas em debate, serem particularmente relevantes, atuais e do interesse dos decisores políticos. Importa salientar que se pretendia um debate organizado nos horários indicados para evitar, como no passado, a interrupção dos trabalhos com a chegada de deputados e outros convidados em qualquer dia e hora da reunião obstaculizando a realização de um qualquer debate estruturado sobre temáticas de especial relevo para as comunidades. Amadeu Batel concluiu que os objetivos perseguidos para esta reunião do CRCPE foram gorados em função do absentismo dos responsáveis políticos convidados a participar, havendo replicado práticas anteriores de discriminação institucional no relacionamento com órgãos representativos das Comunidades Portuguesas.

Em seguida foi dada a palavra aos convidados:

Carlos Gonçalves

O deputado do PSD salientou na sua intervenção temas ligados às eleições para as Europeias e Legislativas atendendo à nova Lei Eleitoral nomeadamente as metodologias de voto; leituras possíveis da abstenção na Emigração; Reformas apresentadas pelo seu Partido na AR; as realidades diferentes nas comunidades na Europa e fora da Europa destacando os atuais problemas vividos pelas comunidades portuguesas no Reino Unido (BREXIT) e na Venezuela (crises política e humanitária). Evidenciou ainda a importância do CCP para, por vezes, ser uma Voz necessária para incomodar o Poder.

Paulo Pisco

O deputado do PS salientou na sua intervenção a importância dos temas estruturantes a debater nos painéis temáticos; a abordagem positiva que existe do CCP e do seu trabalho que deve ser valorizado e reconhecido e os sinais de mudança em curso nas políticas para as comunidades (um novo desenho político se atendermos ao facto de 66% dos portugueses residirem na Europa e 26% nas Américas). Referiu ainda a necessidade do Governo ter de estar preparado para estas novas realidades e, em particular, para os atos eleitorais a realizar este ano que vão ser um enorme desafio para todos nós.

Maria João Ruela

A assessora da Presidência da República realçou na sua intervenção questões associadas à visibilidade do Conselho das Comunidades e a necessidade deste órgão reclamar recursos para obviar a falta de meios no sentido de se dar a conhecer. Além disso, interrogou o CRCPE sobre as próximas eleições e as preocupações da(o)s conselheira(o)s a esse respeito.

Fernando Maurício

O representante da CGTP agradeceu o convite endereçado e destacou o facto de a Central Sindical que representa sempre manifestou interesse em trabalhar junto de, e com o movimento associativo português e conselheira(o)s das Comunidades tendo realizado vários Encontros de Sindicalistas, Conselheira(o)s e dirigentes associativos para debater a situação política, económica e social dos trabalhadores portugueses na Europa. O último destes Encontros realizou-se no Luxemburgo em outubro de 2018 de onde saiu uma Resolução com posições e reivindicações a apresentar ao Governo .

10h30

Balço do trabalho desenvolvido no Conselho Permanente e apresentação de propostas a submeter na reunião anual em 2019.

Amadeu Batel, um dos quatro representantes do CRCPE no Conselho Permanente (CP) apresentou uma síntese do trabalho desenvolvido no CP tendo destacado os seguintes aspetos:

- a) Dificuldades organizativas em operacionalizar os objetivos inseridos no PAT visto raramente serem discutidos os objetivos programáticos nele balizados. As temáticas são abordadas de forma muito superficial; esta abordagem superficial também decorre da falta de estudos e pareceres sobre os temas estruturantes, da ausência de consultas e de meios para operacionalizar qualquer objetivo. As reuniões on-line são pouco

participadas se bem que necessárias para a existência de uma comunicação mínima entre a(o)s conselheira(o)s das várias regiões.

Aspetos positivos a considerar a) o esforço do presidente do CP na coordenação dos trabalhos, a tentativa de criar um sítio próprio para comunicar interna e externamente; b) o trabalho desenvolvido na questão ligada ao processo conducente à Nova Lei Eleitoral e os direitos políticos da(o)s portuguesa(e)s no estrangeiro e c) ainda o projeto de Resolução sobre a “Autonomia e Identidade do CCP” visando a revisão da atual Lei do CCP.

Foi salientada ainda a forma como a Europa tem sido discriminada, em particular na integração de um dos seus representantes na Mesa Diretora do CP.

Sendo assim, o CRPCE deliberou por unanimidade que os membros da Europa que integram o Conselho Permanente, cumprindo o princípio da rotatividade, votarão contra a eleição de uma direção sem a representatividade de outros Conselhos Regionais, nomeadamente a Europa.

11h30

Transmissão e discussão das problemáticas das Secções Locais

Presente neste ponto da reunião esteve o Dr. Bernardo Sousa Ribeiro, Chefe do Gabinete do SE dos Assuntos Fiscais. Interpelado pelos conselheiros João Verdades (Luxemburgo), Sérgio Tavares (Reino Unido), Domingos Pereira (Suíça) e Alfredo Stoffel (Alemanha) sobre a problemática atinente à dupla tributação, informou da publicação de um Guia Fiscal destinado às Comunidades portuguesas onde são elencadas as questões mais comuns nesta áreas. Destacou ainda a abertura de uma linha de atendimento para os cidadãos não-residentes.

Terminada a discussão sobre o tema entre o Dr. Bernardo Sousa Ribeiro e a(o)s conselheira(o)s foi tomada a decisão de o Projeto de Guia Fiscal ser objeto de consulta e, por conseguinte, endereçado para o efeito ao Conselho Permanente.

Os Conselheiros do Luxemburgo realçaram as dificuldades de muita(o)s portuguesa(e)s em situação de fragilidade económica devido aos atrasos da Segurança Social em emitir atempadamente a documentação necessária para a instrução dos pedidos de reformas.

Saliente-se que esta situação é transversal a todas as comunidades. A(o)s conselheira(o)s após terem falhado todas as diligências junto das Autoridades Portuguesas propuseram uma solução em termos de contencioso que passaria pelo Tribunal de Justiça da União Europeia ou Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

O deputado Paulo Pisco interpelou o Conselho Permanente para um pronunciamento alegando que a ação dos conselheiros era incompatível com o espírito e a letra das atribuições do CCP e que tal posição consubstancia ou não um desvirtuamento das competências e da própria identidade do CCP, o que a acontecer será negativo para a sua imagem. O presidente do CP, Cons. Flávio Martins respondeu a título pessoal delegando no CRCPE a responsabilidade de uma tomada de posição sobre o assunto. Não tendo sido informado de uma qualquer decisão Paulo Pisco solicita um parecer jurídico exigindo respeito pela sua pessoa.

Sendo assim, o CRCPE deliberou por unanimidade que o pronunciamento enviado ao presidente do CP por Amadeu Batel , com a aquiescência da presidente, fosse a posição a tomar pelo CRCPE sobre o assunto em questão. Esta decisão será remetida para conhecimento ao deputado Paulo Pisco e ao presidente do CP do CCP, Flávio Martins. (anexo 1)

Carta endereçada por três Conselheiros da Secção da Alemanha aos SECP e ao Embaixador Júlio Vilela aquando da realização dos “Diálogos com as Comunidades “ em Estugarda.

Os Conselheiros José Loureiro e Manuel Machado, apresentaram os motivos que levaram, no seu entendimento, a redigirem uma carta de protesto manifestando o seu desagrado por declarações produzidas por essas individualidades e consideradas atentatórias da sua função de conselheiros das comunidades e, outrossim da dignidade do próprio órgão que representam.

Opinião contrária a este respeito foi veiculada pelo Conselheiro Alfredo Stoffel. Saliente-se que a correspondência tida entre o presidente do Conselho Permanente, e os SE e Embaixador na qual estes explicaram as suas posições no sentido de se esclarecer a situação e onde manifestaram o seu apreço pelo papel do CCP.

Após várias intervenções a presidente Luísa Semedo apresentou uma proposta no sentido da resolução do conflito entre os signatários da carta e os SE e Embaixador. A proposta visa uma solução através do diálogo entre as partes visto estar-se perante entendimentos diferentes da ocorrência.

14h00 -18h00

Diálogo com o Senhor Secretário de Estado para as Comunidades Portuguesas

Dr. José Luís Carneiro.

O Se saudou todos os presentes e agradeceu à presidente Luísa Semedo os documentos remetidos à SECP sobre temáticas atinentes às comunidades portuguesas na Europa, tendo sido assegurado o seu encaminhamento para os ministérios responsáveis.

Em seguida iniciou-se um diálogo sobre temas diretamente ligados a problemas atuais nas várias secções, muitas delas abordadas pelo Se nas suas visitas às comunidades na Europa e, particularmente, nos “Diálogos com as Comunidades” realizados na Alemanha, Suíça, França, Bélgica e Reino Unido. Interpelado pela(o)s conselheira(o)s o Se reiterou a vontade do Governo em prosseguir o estreitamento da ligação e a valorização das comunidades portuguesas.

Salientou a necessidade de continuar a modernização dos serviços prestados nomeadamente na Rede Consular; a expansão do ensino de português no estrangeiro ao nível do ensino básico e secundário onde destacou o caso do Luxemburgo e o protocolo a assinar em breve com as autoridades deste país; o apoio social a portugueses carenciados; solucionar os problemas da administração pública no que concerna facilitar o acesso a documentos para as reformas, agilizar mecanismos de solução ao problema da dupla tributação, reforçar a criação de mais Gabinetes de Apoio ao Emigrante; apoiar todas as medidas necessárias à participação da(o)s portuguesa(e)s na Europa nas eleições a realizar em 2019, criar incentivos à admissão no Ensino Superior em Portugal de lusodescendentes (3.500 vagas); implementar o Programa Regressar; acompanhar o processo de negociação da saída do reino Unido da UE, assegurando os direitos da(o)s portuguesa(e)s aí residentes.

Participou também o dirigente sindical, Carlos Trindade da CGTP que reiterou as preocupações da Central sindical pelas situações laborais, económicas e sociais da(o)s trabalhadora(e)s portuguesa(e)s na Europa, assegurando todo o apoio ao CRCPE na defesa das suas reivindicações.



CONSELHO REGIONAL EUROPA DO CCP

Terceira reunião ordinária

28.02.2019 – 01.03.2019

Lisboa (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

2º Dia - 01 de Março de 2019

09h30 Painel temático II

Nova lei Eleitoral: e Perspetivas desafios

Na abordagem realizada sobre as perspetivas e desafios foram produzidas pela(o)s conselheira(o)s importantes opiniões das quais se evidenciam as seguintes:

- a) O reconhecimento de que a decisão tomada pelo Governo foi, sem dúvida, uma das mais importantes e arrojadas medidas no sentido de promover a participação cívica dos portugueses não residentes e do reconhecimento de um princípio de igualdade no confronto com a(o)s portuguesa(e)s residentes no território nacional;
- b) O facto de no processo de o número de recenseados ter-se passado de 318.451 eleitora(e)s para 1.475.797 eleitora(e)s recenseada(o)s no estrangeiro denota e confirma a natureza positiva dessa medida governativa;
- c) A necessidade de o Estado português promover a criação de incentivos à participação nos atos eleitorais marcados para o corrente ano (Europeias e Legislativas), nomeadamente em proporcionar os mecanismos logísticos a uma efetiva participação eleitoral, campanhas de informação abrangentes a todas as comunidades;
- d) A manifesta acuidade de uma maior atenção da parte dos partidos políticos em se interessar pela(o)s cidadã(o)s portuguesas na diáspora investindo através de campanhas específicas e destinadas às reais preocupações de quem vive fora de Portugal;

- e) A necessidade de o Governo, partidos políticos e a sociedade portuguesa no seu Todo conhecerem o histórico da fraca participação da(o)s portuguesa(s) no estrangeiro nas eleições legislativas e presidenciais e as razões dos altos índices de absentismo eleitoral;
- f) Dar início a um processo conducente a motivar a(o)s portuguesa(s) e lusodescendentes, através de políticas concretas dirigidas às comunidades portuguesas, conquistando-os para um projeto de vida ligado a Portugal, visando o combate à abstenção;
- g) Significar a vontade de as comunidades portuguesas ativa e empenhadamente trabalharem no combate à abstenção e, deixar bem claro, que se ocorrer um alto nível de abstencionismo o ónus dessa ocorrência não lhes poderá ser atribuída.

Às 10.h30. João Gil apresentou o projeto Meridiano “Portugal Muito Maior “ A ideia central é a de juntar dois mundos que têm estado divorciados : O Portugal continental e insular e o Portugal da Diáspora. Salientou que estamos em falta com as várias gerações de migrantes portugueses. A música será o veículo que nos porá a falar um com o outro. Nesta plataforma a criar (Rádio) as comunidades portuguesas serão uma voz imprescindível no sucesso deste projeto.

11h.00 Painel temático I

As Políticas de Língua e Ensino

A(o)s conselheira(o)s presentes em representação das Secções Locais onde existe uma rede de Ensino de Português no Estrangeiro (Alemanha, Suíça. Luxemburgo, Reino Unido, França e Andorra) apresentaram um relato genérico das situações do Ensino de português nos respetivos países, sinalizando muitos aspetos críticos no atinente à ao atual estado de coisas. Uma ideia comum a todos esses relatos prende-se com a degradação do ensino, sobretudo devido às opções políticas de âmbito linguístico e educativo por parte do Governo e da sua execução pelo Camões, IC.

Neste contexto o CRCPE tem vindo a alertar para a inconsistência discursiva e a falta de um pensamento estratégico que, nos últimos anos, têm caracterizado as orientações dos Governos em matérias ligadas às políticas de língua e ensino dirigidas à(o)s Portuguesa(s) no estrangeiro/luso-descendência, assim como o incumprimento das suas responsabilidades constitucionais, em particular, a desvalorização do português como língua materna e identitária face ao português como língua não materna.

Além disso, o atual Governo na linha dos anteriores continua a insistir numa política linguística e educativa orientada para a mudança linguística logo na segunda geração idêntica à dos países de residência acima citados.

A opção pelo Ensino de Português Língua Não Materna e Língua de Herança exclui (salvo, por ex. caso Luxemburgo) a participação no ensino formal da língua materna, ainda que a um nível baixo ou muito baixo, das crianças e jovens lusodescendentes. Mesmo sabendo-se que os países de residência não oferecem o ensino formal em português, o Governo aposta pois no ensino formal em Português Língua Estrangeira numa modalidade de ensino, onde o Ensino Paralelo fora do horário escolar é privilegiado (cerca de 70%), introduzindo taxa de frequência para a(o)s aluna(o)s portuguesa(s) com taxa de inscrição onde o PLE é obrigatório, isentando os alunos estrangeiros; adota programas de PLE, materiais didáticos para PLE e avaliação com descritores avaliativos para o PLE (QERC) com o objetivo de exames para a Certificação.

Importa salientar o que se entende por Língua de Herança e Falante de Herança sobretudo para exemplificar os casos do Luxemburgo e da Suíça onde a maioria dos alunos tem o português como Língua Materna:

Língua de Herança: “Língua usada por uma comunidade étnica inserida numa comunidade maior com língua dominante”.

Na generalidade o falante de Língua de Herança (LH) não é escolarizado na sua língua de herança (materna) e nos casos em que o é tem um nível de educação formal baixo ou muito baixo nesta língua.

Os falantes de “Língua de Herança” no Luxemburgo nos cursos complementares fora do horário escolar, com o ensino formal bastante limitado serviriam para numa perspetiva de ensino multilingue e multicultural preparar melhor os alunos para aprendizagens com sucesso escolar. O mesmo é válido para a Suíça. Ora a realidade de práticas pedagógicas seguidas, há muitos anos, demonstra que as modalidades de ensino oferecidas pelos sistemas desses países têm conduzido ao insucesso escolar da(o)s aluna(o)s portuguesa(s).

O sistema do EPE desde a mudança de tutela para o Camões IC perdeu nos últimos anos mais de 300 professores e cerca de 18 mil aluna(o)s. O caso mais paradigmático é o de França onde após o Acordo realizado em 2016 entre Portugal e a França que determinou a passagem do Ensino de Português como Língua e Cultura de Origem para o Ensino Internacional de Língua Estrangeira levou à perda de milhares de alunos.

Concluindo: Quando o Estado português decide deixar de apoiar a(o)s filha(o)s da(o)s portuguesa(e)s residentes no estrangeiro que não têm acesso à língua materna, há uma evidente posição ideológica de os deixar sozinhos interdindo-lhes o contato com a preservação da língua materna na sua matriz identitária e abandonados à total assimilação linguística e cultural nos países onde residem. O CRCPE refuta veementemente estas opções ideológicas do Governo português.

14h00 Painel temático III

A Autonomia e a Identidade do CCP

O Conselho Permanente do CCP remeteu para parecer ao CRCPE um projeto de Resolução onde são propostas alterações legislativas para a implementação do CCP, órgão consultivo em matéria acerca das Comunidades Portuguesas. O relator do projeto foi o Cons. da Europa Amadeu Batel tendo sido estabelecido o prazo de 15 de abril para o envio de pareceres sobre o documento pelos Conselhos Regionais após a realização das suas Reuniões Anuais.

Nesta conformidade o CRCPE procedeu a uma reflexão e análise sobre o referido Projeto de Resolução tendo Amadeu Batel exposto os motivos que levaram à apresentação do texto, nomeadamente a problematização da autonomia, a independência e sobretudo a identidade do CCP numa perspetiva histórica (1996-2018) para além de destacar as debilidades e dificuldade de reconhecimento e legitimação. A esse respeito realçou a pertinente reflexão: “ Quem define a identidade do CCP?” tendo desenvolvido duas questões: o CCP deve ser um órgão de Estado, da Assembleia da República ou do Governo? E a segunda quanto à constitucionalização do Conselho.

Foi destacado ainda cinco pontos importantes para reflexão no texto: a) consulta obrigatória ao CCP nas políticas afetas às comunidades; b) um orçamento anual robusto para atender às necessidades e que seja o CCP a gerir esse orçamento; c) a criação de um Gabinete próprio (local com espaço adequado, funcionários técnicos e arquivos para memória do CCP; d) o estatuto de conselheiro; e) e sob qual tutela o CCP deve permanecer.

Nas reflexões e análise tidas aquando do debate realizado neste painel chegou-se a um consenso generalizado sobre a proposta de Resolução tendo sido apresentadas algumas adendas ao texto, particularmente em matéria relacionada com o financiamento do Conselho.

Sendo assim os conselheiros presentes delegaram na presidente Luísa Semedo a redação final do parecer do CRCPE e votaram por unanimidade o referido parecer (anexo2).

Balço do trabalho desenvolvido nas Comissões Temáticas e propostas a submeter na próxima reunião anual em 2019

Os Conselheiros Cardia de Lima (Comissão Temática para as Questões Sociais, Económicas e dos Fluxos Migratórios), Alfredo Stoffel (Comissão Temática sobre o Ensino de Português no Estrangeiro, da Cultura, do Associativismo e da Comunicação Social) e Rui Ribeiro Barata (Comissão Temática para as Questões Consulares e da Participação Cívica) apresentaram os relatórios das Comissões que integram, onde destacaram um conjunto de recomendações nas respetivas áreas de enfoque. Estas recomendações são canalizadas através do Conselho Permanente para posterior encaminhamento para o Governo (SECP). As reuniões das Comissões Temáticas tiveram lugar em Lisboa nos dias 19 e 20 de setembro de 2018.

Não estando em causa o trabalho, empenho e dedicação dos conselheiros integrantes das várias Comissões, Amadeu Batel formulou alguns apontamentos críticos, já relevados no Conselho Permanente, sobre as seguintes questões: a) a confusão conceptual existente entre os conceitos de Estudos, Pareceres e Recomendações, visto na Lei do CCP as Comissões Temáticas terem como atribuição a elaboração de Estudos e Pareceres a apresentar ao Conselho Permanente b) esses Estudos e Pareceres devem rigorosamente incidir sobre os temas referenciados nos objetivos plasmados nas PAC do CRE e PAT do Conselho das Comunidades c) propor para que os representantes do CRE nas Comissões temáticas tenham, nas próximas reuniões das CTs em atenção o cumprimento do enunciado nas alíneas a) e b).

17h30 Eleição da/o Presidenta/e e Secretária/o do Conselho Regional da Europa

(nos termos da Lei n° 66-A / 2007, de 11 de dezembro, alterada pela Lei n° 29/2015 de 16 de abril)

A Conselheira Luísa Semedo e o Conselheiro Amadeu Batel foram reconduzidos nos cargos de presidente e secretário do Conselho Regional da Europa para um mandato de um ano. A eleição efetuou-se após proposta apresentada aos Conselheiros presentes tendo esta sido aprovada por unanimidade.

18.h00 Encerramento dos trabalhos do segundo dia

A presidente deu por encerrada a reunião do CRCPE saudando todos a(o)s presentes, conselheira(o)s e convidada(o)s, agradecendo o empenho e o contributo dados para o êxito da reunião e tendo também alertado para a nossa constante observância no respeitante às

narrativas discursivas construídas em torno de várias gerações e categorias de migrantes portugueses focadas, essencialmente, no sucesso que invisibilizam os graves problemas sociais e económicos que enfrentam muita(o)s da(o)s portuguesa(o)s a residir no estrangeiro.

Luísa Semedo

Amadeu Batel

Presidenta

Secretário

ANEXO I

Resposta ao Deputado Paulo Pisco

Exmo. Senhor Deputado Paulo Pisco,

Na sequência da sua interpelação ao Conselho Permanente do CCP em que alega um abuso de competências por parte dos Conselheiros do Luxemburgo, e a interpelação a este Conselho Regional da Europa por parte do Presidente do Conselho Permanente, Flávio Martins, o Conselho Regional da Europa, após concertação na reunião dos dias 2 de fevereiro e 1 março em Lisboa, decidiu emitir uma resposta.

O deputado Paulo Pisco escreve o seguinte: *“Venho interpelar Vossa Excelência para que o Conselho Permanente do CCP se pronuncie, se assim o entender, sobre uma tomada de posição que me parece incompatível com o espírito e a letra das atribuições do CCP, que é um órgão de consulta do Governo (Lei n.º 29/2015), assumida por dois conselheiros do Luxemburgo sobre uma situação de atraso na entrega dos comprovativos de descontos para a segurança social.(...)” É com este enquadramento que gostaria de saber se tal posição consubstancia ou não um desvirtuamento das competências e da própria identidade do CCP , o que acontecer , será negativo para a sua imagem (...).(in carta PP, 20.12.2018)*

Ora, na lei que o próprio deputado Paulo Pisco aprovou está explicitado que *“Os conselhos regionais, e quando existam, as secções locais são competentes para :(...) c) emitir pareceres sobre as políticas relativas às comunidades portuguesas (Lei 66-A (Art,39º-c).*

Por isso, se analisarmos, alguma da informação vinda a público na comunicação social sobre o assunto, abaixo citada, ter-se-á de concluir que os dois conselheiros agiram em conformidade com as competências da Secção do Luxemburgo de que são legítimos representantes independentemente da sua filiação e militância partidárias, que não são, relembramos um obstáculo à eleição dos conselheiros.

Os conselheiros das comunidades portuguesas no Luxemburgo ameaçam mover uma ação judicial o Estado português pelos atrasos na emissão de documentos para a “instrução dos pedidos de reforma” dos emigrantes do Grão-Ducado.

“Centenas de emigrantes portugueses estarão em situação de “carência económica e pobreza extrema” à espera de documentos da Segurança Social portuguesa necessários para obter pensões por invalidez, abonos de família e subsídios de desemprego, segundo denúncias da Associação Raras . “Lusa 15.12.2018”

“Em comunicado, Rogério Oliveira e João Verdades afirmam que “falharam todas as diligências efetivadas pelos representantes da comunidade, sindicatos, centrais sindicais,[e] demais associações” e que “todos os canais utilizados (via consular, diplomática, administrativa, governativa, parlamentar e política) se mostraram infrutíferos”. “Lusa 19.12.2018).

Em conclusão gostaríamos de destacar a relevância e pertinência de temas abordados na interpelação do deputado do Partido Socialista, nomeadamente sobre a IDENTIDADE do CCP passível de uma reflexão, ainda infelizmente por fazer, e em que os representantes das comunidades portuguesas sejam uma VOZ ativa na definição dessa identidade, e não como tem sido a prática seguida até ao presente pelos vários Governos da República.

Com os melhores cumprimentos,

Pelo CRE-CCP

Presidenta

Luísa Semedo

Secretário

Amadeu Batel

ANEXO II

Autonomia e identidade do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP)

O Conselho Regional Europa após leitura e debate sobre o documento realizado pelo Conselho Permanente do CCP (Resolução nº 01/2019) no qual são propostas alterações legislativas para a implementação da Autonomia do CCP, decidiu que se deveria:

1. **modificar** o ponto 4.1.

Em vez de “Conforme defende a Dra. Manuela Aguiar, as políticas...”, mudar para “A declaração da Dra. Manuela Aguiar confirma a nossa convicção de que as políticas...”

2. **eliminar** o último parágrafo do ponto 4.2

“Disso decorre, ainda, a proposta para que sejam assegurados 'mecanismos autónomos de financiamento'. O mais óbvio é o próprio FRI mas também podem-se preconizar outras soluções, em articulação ou totalmente independentes do orçamento de Estado como, por exemplo, o mecanismo de financiamento da Santa Casa da Misericórdia, que protegeriam o CCP de conjunturas políticas ou financeiras adversas.”

3. **modificar** o ponto 5.

Em vez de “Por fim, recupera-se a declaração categórica de Manuela Aguiar em 2014”, mudar para “Por fim, o CCP deplora que 14 anos após a declaração categórica de Manuela Aguiar “é, na verdade.....” nada mudou na atitude dos vários executivos no relacionamento com o CCP.